

Curso Grandes temas da atualidade: o 10º tema é a *Reforma Ortográfica*

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa não será exigido nos vestibulares de 2009, pelo menos quanto às mudanças na escrita. No entanto, o assunto vem sendo polemizado e poderá ser tema de redação, discussão e argumentação nos exames. Para discutir a esse respeito com professores da 3ª série do Ensino Médio, o professor Ruy Berger apresenta na videoconferência as *nuances* da implantação das novas regras.

A gestora do projeto *Apoio à Continuidade de Estudos*, Maria Aparecida Ceravolo Magnani, ao cumprimentar os participantes do curso pelo Dia dos Professores, definiu a profissão como “árdua, importante e nobre”. E salientou: “Nosso papel é despertar a consciência social por meio do conhecimento. Abraçam essa profissão os que não perdem a esperança de que transformar é possível”. Em seguida, apresentou Ruy Berger, ex-secretário da Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação (MEC), consultor da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e integrante da equipe que propõe a diversificação curricular.

O professor Ruy abriu a apresentação dizendo: “A reforma está em pauta. Embora tenha um período para a implantação, ela está em vigência, pois foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Lula. Esta é uma das muitas reformas pelas quais passamos”. E brincou: “Para mim, que não sou tão velho, esta é a quarta reforma. Mas – salientou – esta tem uma característica diferente: é unificadora. As outras tinham um caráter mais simplificador. A nova reforma pretende unificar a ortografia dos países de língua portuguesa”.

240 milhões de falantes do português no mundo

Segundo Ruy Berger, a nova reforma é produto de um acordo entre os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Durante 18 anos, os termos do acordo ora ratificado foram bastante discutidos. A reforma da ortografia pretende unificar o registro escrito nos oito países que falam português – Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste, Brasil e Portugal. O professor lembra que “o português é falado ainda em Macau – região autônoma da China, antiga colônia portuguesa. Lá o idioma é cooficial, juntamente com o chinês, e usado principalmente pelos mais velhos. Os jovens falam o chinês e, prioritariamente, o inglês”. A ortografia atual desses países foi produto de transformações ocorridas ao longo do tempo, isoladamente. Até esta reforma entrar em vigor, temos duas normas ortográficas, uma para o Brasil e outra para os demais países que seguem a ortografia de Portugal.

O português, falado por 240 milhões de pessoas, é a quarta língua de origem europeia com o maior número de falantes no mundo. Os outros três idiomas têm políticas de difusão muito firmes. De acordo com o professor Ruy, “a ortografia ter bases comuns é um aspecto muito importante para a difusão e o ensino da língua. O aluno irá aprender português, um idioma único, ainda que com a pronúncia de Portugal ou do Brasil. Ao facilitar seu ensino e difusão, a unificação ortográfica fortalece a língua e permite ao idioma maior visibilidade no mundo”.

Outro aspecto, este político, apresentado pelo professor é de que a língua precisa ter a ortografia unificada para ser adotada em organismos internacionais como língua oficial. Ele cita como exemplo a Unesco (sigla, em inglês, de Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), que não pode produzir um documento em português do Brasil e outro em português de Portugal, e resume: “Ter uma ortografia unificada é importante no âmbito político”. “No nível econômico”, afirma, “o novo acordo vai permitir um intercâmbio comercial muito maior dos produtos da indústria editorial: livros, dicionários, jornais, revistas. Além da troca de idéias e de informações entre os países”.

A resistência cultural e as bases do acordo

“A grande questão é cultural”, diz Ruy Berger. A resistência à reforma, principalmente nos meios literários e entre os estudiosos da língua, deve-se ao fato de ela ser considerada demasiado simplificadora. Os críticos acham que as mudanças fazem perder suas características históricas. O professor explica que “a polêmica se deve ao fato de a reforma priorizar aspectos fonéticos (da fala). Com isso, a ratificação do acordo pelos vários países tem encontrado oposição”.

As bases firmadas anteriormente definiram que, se três países tivessem ratificado o acordo, ele já seria vigente. Até este momento, quatro países já o fizeram: Brasil, Portugal, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Com isso, ela já é vigente.

O que muda

O professor Ruy reconhece que “o acordo oficializa o que já vinha sendo usado há muito tempo, principalmente no Brasil”. Entre as mudanças estão o fim do trema, novas regras para o emprego do hífen, reintrodução das letras **w**, **k** e **y** ao alfabeto, além de novas regras de acentuação. O professor passa então a detalhar e comentar cada mudança:

1. O alfabeto da língua portuguesa reincorpora oficialmente as letras **w**, **k** e **y** e passa a ter 26 letras, embora seu uso continue restrito a

palavras e nomes de origem estrangeira e aos derivados desses nomes.

2. As chamadas consoantes mudas, que não são pronunciadas na fala, serão abolidas na escrita, como em “objecto” e “adopção, nas quais as letras “c” e “p” são omitidas. *Exceção:* A grafia é facultativa nas palavras que são pronunciadas diferentemente no Brasil e em Portugal. Neste caso, teremos as duas grafias como opção.

Exemplos:

No Brasilem Portugal

aspecto

aspeto

fato

facto

Obs: “fato” em Portugal significa “terno”.

3. O trema, que já havia sido suprimido na escrita dos portugueses, desaparece também no Brasil. Palavras como “lingüiça” e “tranqüilo” passarão a ser grafadas sem o sinal gráfico sobre a letra “u”. *Exceções:* os nomes estrangeiros e seus derivados, como “Müller” e “Hübner”.

4. Como em Portugal, deixaremos de acentuar, com acento agudo, as paroxítonas com ditongos abertos “ei” e “oi”, como “idéia”, “heróico”, “jibóia” e “assembléia”. O mesmo ocorre com o “i” e o “u” tônicos, quando vierem depois de um ditongo: feiúra, baiúca. Contudo, continuam acentuados o “ei” e o “oi” de oxítonas e monossílabas tônicas de timbres abertos: constrói, herói, anéis, anzóis, cruéis, fiéis, papéis.

5. Perdem o acento as paroxítonas homógrafas (acentu diferencial), como em: pára (verbo); péla (substantivo e verbo); pêlo (substantivo), pélo (verbo) e pêlo. *Exceções:* mantém-se em “pôde” e “pôr”. *Comentário:* “E, mais uma vez, alguma coisa será facultativa. Ou seja, poderá ser acentuada ou não”. *Exemplo:* substantivo fôrma, em oposição ao substantivo e forma verbal “forma” (terceira pessoa do singular do presente do indicativo).

6. Outra mudança significativa: deixará de existir o acento circunflexo em paroxítonas com duplos “e” ou “o”, em formas verbais como “vão”, “dêem” e “vêem”. *Comentário:* “Realmente não havia necessidade de acentuação. Agora, vamos voar sem acento”.

7. Sai o acento agudo do “u”ônico de formas verbais rizotônicas (com acento na raiz) quando parte dos grupos “que” e “qui”, “gue” e “gui”. *Exemplos:* Apazigúe, argúem, averigúe.

8. Algumas palavras permanecem com esse acento, porque se privilegiou o critério fonético e não etimológico ou histórico, em termos de origem da palavra. *Exemplo: Com agudo ou circunflexo:* no Brasil e em Portugal: Antônio e António, tênis e ténis, fenômeno e fenómeno — isso ocorre principalmente em paroxítonas cuja entonação entre brasileiros e portugueses é diferente, com inflexão mais aberta ou fechada. A regra valerá, ainda, para algumas oxítonas. Palavras como caratê e crochê poderão ser escritas como “caratê” e “croché”. *Comentário:* “Ambas as grafias serão aceitas de acordo com a pronúncia em cada país”.

O hífen: vai ser problema ou simplificação?

Segundo a avaliação do professor Ruy Berger, “o hífen é o caso mais complexo, mais discutível e menos claro. O objetivo das mudanças é simplificar a utilização do sinal gráfico, mas a verdade é que as regras geram muitas dúvidas e discussões, e, pelo que parece, o texto do acordo não é suficientemente preciso”.

Algumas regras do uso do hífen, mais claras, são apresentadas pelo professor Ruy. Quando o hífen deve ou não ser usado: a) O sinal será abolido em palavras compostas em que o prefixo termina em vogal e o segundo elemento, começa com vogal diferente, como em “aeroespacial” (aero+espacial) e em “extraescolar” (extra+escolar). *Comentário:* Se a vogal é diferente no 1º e no 2º termos, vamos juntar. b) Quando o primeiro elemento finalizar com vogal igual à do segundo elemento, o hífen deverá ser utilizado. *Exemplo:* micro-ondas, anti-inflamatório. *Comentário:* “Se for igual, vamos separar com o hífen”. c) A partir da reforma, nos casos em que a primeira palavra terminar com vogal e a segunda começar por consoante “r” ou “s”, essas letras deverão ser duplicadas e grafadas numa palavra única, como em “anti + semita” = antissemita. *Exceção:* quando o primeiro elemento terminar em “r” e o segundo elemento começar com a mesma letra. Nesse caso, a palavra deverá ser grafada com hífen, como em “hiper-requintado” e “inter-racial”. *Comentário:* “Neste caso, também é um critério fonético e não histórico. Esse é um dos casos muito pouco entendidos. Se no caso anterior é possível dobrar o ‘s’, aqui também poderíamos escrever com os dois “rr”. Ocorre que, aqui, nós pronunciamos esses ‘rs’. Marcando foneticamente, temos as duas consoantes claramente identificadas”.

A implantação das regras

De 2009 até 31 de dezembro de 2012, ou seja, durante quatro anos, o país deverá ter um período de transição, no qual ficam valendo tanto a ortografia atual quanto as novas regras. Assim, concursos e vestibulares deverão aceitar as duas formas de escrita – a atual e a nova. A implantação das novas regras será feita de forma gradual. Nos livros escolares, a

incorporação das mudanças deverá ser obrigatória a partir de 2010. Em 2009, podem circular livros tanto na atual quanto na nova ortografia. As editoras já começam a se adaptar à reforma ortográfica.

Segundo o professor Ruy, “o MEC disponibilizou [na rede, pela internet] uma minuta do decreto para consulta pública, na qual a sugestão é que fique estabelecido que a atual ortografia conviverá com aquela prevista no acordo por três anos”.

Controvérsias serão resolvidas apenas com a edição de um Vocabulário, a ser elaborado pelas Academias de Letras de Portugal e do Brasil. O processo pode demandar muito tempo para ser solucionado. E em breve os brasileiros terão de se adaptar às mudanças.

Na hora de enfrentar papel e caneta, nem sempre o bom português estará na ponta da língua.

“Esta é uma reforma que levará tempo para ser incorporada”, diz Ruy Berger. E complementa: “A gente já teve alguma experiência nas outras reformas e já percebeu que isso não é automático. Ainda vamos levar muito tempo escrevendo ‘assembléia’ com acento”.

“O mais importante dessa reforma é que passaremos a ter um padrão comum de ortografia para todos os países de língua portuguesa, resume o professor. Mas ressalta, encerrando a videoconferência: “Ainda que este padrão admita variantes, estas deixam de ser variantes próprias de um país ou de outro e passam a ser variantes do idioma. A reforma não gera grandes problemas para a comunicação. Do ponto de vista da consistência da língua, a nossa adesão tem um significado social. Nesse sentido ela é importante: facilitar a circulação de idéias entre os países de língua portuguesa e colocar o português no contexto, na relevância das línguas mais faladas do planeta. Há muitas exceções, mas... **mãos à obra**”.